

CLIPPING DE MÍDIA

João do Cumbe



Quilombola do Cumbe, Defensor de Direitos Humanos, Educador Popular, Ambientalista, Historiador, militante do Movimento Quilombola do Ceará, Movimento de Pescadores/as Artesanais e da Organização Popular do Aracati - OPA.

Ceará terá museu arqueológico no Cumbe, em Aracati; moradores divergem sobre gestão do equipamento

Escrito por **Roberta Souza** roberta.souza@g1.com.br 09:00 / 18 de Fevereiro de 2022

Acervo indígena de pelo menos 5 mil anos atrás está armazenado no local, que será aberto ao público ainda em fevereiro



Legenda: Fachada do Museu Arqueológico Comunitário do Cumbe Canavieira (MACCC)



Mais de 40 mil peças indígenas encontradas nos sítios arqueológicos do Cumbe, na zona rural de Aracati (a 137 km de Fortaleza), estão agora em um museu comunitário construído na região. O novo equipamento abriga um acervo datado de pelo menos 5 mil anos atrás e é fruto da reivindicação dos moradores diante da instalação de um parque eólico que alterou a dinâmica das dunas e provocou algumas perdas no patrimônio cultural existente ali.



Como medida compensatória, para mitigar os impactos deste processo, a empresa **CPFL Renováveis**, atual responsável pelos aerogeradores, entregou o museu para a Associação de Moradores e Moradoras do Cumbe Canavieiro, no dia 28 de janeiro de 2022. A ação se deu após quase uma década entre planejamento e construção, em parceria com o **Iphan-CE**, e a ideia é que, ainda em fevereiro, o prédio seja aberto à visitação pública.

Mas, por trás desse acordo, há divergências entre os residentes da localidade, alguns dos quais questionam como será feita a gestão e a manutenção do **Museu Arqueológico do Cumbe Canavieira** daqui para frente.

Esse debate, aliás, começou em 2013, quando os habitantes da região identificados como **quilombolas** não foram incluídos como parceiros no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) que estabelecia a medida compensatória, apesar do histórico apontar para a participação deles desde o início do processo.



Legenda: Ato quilombola pré-pandemia já reivindicava participação na gestão do museu comunitário do

NEWSLETTER

Os destaques das últimas 24h resumidos em até 8 minutos de leitura.

E-mail

email@exemplo.com.br

INSCREVA-SE

VC REPÓRTER



Flagrou algo? Envie para nós

(85) 99969-0752

MOVIMENTAÇÕES INICIAIS

Quem contextualiza a situação é o historiador **João do Cumbe**, 48 anos, filho da comunidade e um dos primeiros a mapear a presença do acervo indígena na região.

“Em 1995, comecei a trabalhar na escola do Cumbe e, naquele período, eu já tirava os alunos da sala e levava para as dunas para conversas sobre sítio, mangue. Era uma sala de aula na comunidade, os espaços começaram a fazer parte do processo educativo, e aí comecei a questionar os sítios arqueológicos”, lembra.

Nas visitas às dunas, João e os estudantes se deparavam constantemente com **montes brancos de ostras, pedaços de cerâmica, utensílios feitos de barro**, panelas, fragmentos para produção de pontas de flechas, machadinhas de lascas pedras etc.

Então, a partir de um contato da comunidade com o Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFCE), o **mapeamento e a catalogação** deste material começou a ser feito no início dos anos 2000.



Legenda: Registros fotográficos indicam mapeamento dos sítios arqueológicos do Cumbe anterior ao ano de 2008

Foto: Arquivo Associação Quilombola do Cumbe



“Bem antes do parque eólico começar a instalação, fui duas vezes a Fortaleza para conversar com o Iphan, pedindo tombamento das dunas do Cumbe, por ter dezenas de sítios e precisar de atenção, de um estudo aprofundado”, relembra.

JOÃO DO CUMBE

Historiador quilombola

Nos arquivos do Iphan, segundo aponta o atual Superintendente do Instituto no Ceará, o geógrafo **Cândido Henrique de Aguiar Bezerra**, os primeiros registros da presença dos sítios arqueológicos naquela região datam de 2008, quando do início do processo de licenciamento da usina eólica.



Legenda: O acervo arqueológico do Cumbe passou um tempo sob os cuidados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sendo repatriado após a construção do museu comunitário

Foto: Arquivo Associação Quilombola do Cumbe

“Nesses estudos foram identificados mais de **50 sítios arqueológicos** no Cumbe. Antes desse ano, a existência do material não tinha chegado ao conhecimento do Iphan”, informa Cândido, ao que João atribui ao fato de não ter sido recebido em nenhuma das vezes que fez visitas ao órgão.

Em paralelo a isso, parte da comunidade que o historiador representa também iniciava o processo de reconhecimento como quilombola, pauta que dividiu os moradores da região entre os que se identificavam com esse passado e os que não. É bem aqui que o **futuro da gestão do museu comunitário** começa a se desenhar.

QUEM VAI CUIDAR DO MUSEU?

Hoje, a comunidade encontra-se politicamente dividida entre a Associação Quilombola do Cumbe e a Associação dos Moradores e Moradoras do Cumbe Canavieira. A primeira reivindica a participação na gestão do equipamento, negociada apenas com a segunda após

Segundo a presidente da Associação dos Moradores e Moradoras do Cumbe Canaveira, Manuela Gonzaga da Silva, essa gestão conjunta é inviável por uma questão de **divergência de opinião** relacionada à identificação da outra parte da comunidade como quilombola.



"Mas isso não causa um mal-estar para a gestão do museu, até porque será aberto à comunidade, não impediremos a visitação. Uma coisa é administração, outra é atender todos, visibilizando os moradores", entende.

MANUELA GONZAGA DA SILVA
Presidente da Associação de Moradores e Moradoras do Cumbe Canaveira



Por outro lado, a presidente da Associação Quilombola do Cumbe, [Cleomar Ribeiro](#), não vê com otimismo a situação. "Esse Museu foi um filho planejado por nós quilombolas, pensado desde o nascimento até a finalização, e, nesse período, aqueles que não se reconhecem como quilombolas e em apoio à empresa, criaram outra associação. A empresa passou a compra do terreno para eles, que nunca quiseram esse museu, pelo contrário, eles ignoravam, dizendo que ia servir para colocar a mãe do João e os cascos de ostras, mas hoje foram contemplados e nós ficamos de fora", lamenta.

Ao *Diário do Nordeste*, a CPFL Renováveis disse que investiu aproximadamente **R\$ 3,5 milhões** em todo o processo de implantação do equipamento, incluindo compra e transferência do terreno para a Associação de Moradores do Cumbe e Canaveira, construção do Museu Arqueológico Comunitário do Cumbe e Canaveiras (MACCC) e treinamentos e capacitação da comunidade nas técnicas construtivas empregadas na sua construção.

Sobre o relacionamento com as duas associações registradas na Comunidade, o empreendimento afirmou se pautar pela **transparência das ações** e pelo diálogo contínuo.



"Para a CPFL é importante respeitar a dinâmica e particularidade de cada comunidade dado que a expressão cultural e social de cada região se dá por meio da sua relação com o território. Sendo assim, a forma como a CPFL Renováveis se relaciona com a comunidade independe de sua representação e organização jurídica", completou.

CPFL RENOVÁVEIS

PATRIMÔNIO EM JOGO

Os quilombolas do Cumbe entendem que vivem hoje com o museu uma **disputa pelas narrativas históricas**, orais e pela memória do lugar.

"Qual história o museu deve contar? Dos povos originários, quilombolas ou da empresa eólica, colonizadora, que chegou, descobriu, é boazinha e está deixando um legado importante pra comunidade? As pessoas não sabem o que tem por trás, a luta para ter acesso à praia, às lagoas, ao território. A CPFL Renováveis está aqui destruindo um modo de vida, praticando racismo ambiental e institucional, quando favorece o outro grupo", afirma João.

Questionada sobre como via esta reivindicação da Associação Quilombola sobre a gestão do equipamento, a CPFL Renováveis disse apenas que “o Iphan incluiu a Associação de Moradores do Cumbe e Canavieira como um todo no TAC”, sem fazer referência direta à **divisão política da comunidade**.

O Superintendente do Iphan CE, por sua vez, defende que o envolvimento seja de todos.



“Não podemos privilegiar um grupo específico para não depreciar o equipamento. São tantos povos, tanta gente, isso deve ser enfatizado, sempre numa postura inclusiva. Juridicamente falando, o gestor é Associação dos Moradores e Moradoras do Cumbe Canavieira, mas nada impede que esta associação formalize um convênio com a associação quilombola para gestão compartilhada”, indica.

CÂNDIDO HENRIQUE DE AGUIAR BEZERRA
Superintendente do Iphan-CE

Em meio ao embate, resta ainda a indefinição sobre como o museu e o patrimônio arqueológico serão mantidos e preservados daqui para frente.

“Neste momento, estamos traçando o plano de funcionamento e buscando as parcerias, tendo em vista que a associação é comunitária e não dispõe de recursos financeiros”, explica Manuela Gonzaga da Silva, presidente da associação com representação jurídica sobre o museu.

Segundo ela, já foram feitas algumas sinalizações com a **Prefeitura de Aracati** sobre o assunto. Mas, por enquanto, é voluntariamente que alguns moradores estão realizando atividades básicas para manter o acervo seguro, como, por exemplo, a **vigilância diurna e noturna**.



Juridicamente, a CPFL Renováveis não tem mais responsabilidade por este tipo de manutenção, o que foi questionado pela Associação Quilombola do Cumbe durante um longo período. Agora, caberá à comunidade, em meio a este conflito político e de gestão, encontrar **saídas sustentáveis** para a situação.

INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

CONSCIÊNCIA NEGRA

Orgulho e resistência: Quilombolas do Ceará lutam por titularidade de terras

Apesar de reconhecimento, nenhuma comunidade quilombola do estado tem terras regularizadas

Camilla Lima

Brasil de Fato | Ceará | 27 de Novembro de 2021 às 17:27

Ouça o áudio:



03:40



Comunidade Terreiro das Pretas no Crato, Cariri - Mapa Cultural - Secult

Fielas, no Ceará (CE), fez da defesa da sua ancestralidade uma missão de vida. Mais que isso: junto com a comunidade, comprou a briga pela regularização das terras que ocupam, algo fundamental para a manutenção da história, do modo de vida e da subsistência dos quilombolas da região.

“Nosso terreiro é conhecido como reino encantado, e eu acho que é realmente um reino encantado, cheio de rainhas e princesas”, afirma com contentamento contagiante. “Viver nessas comunidades é muito bom, porque você pode contar com o seu povo, pode contar uns com os outros, você tem uma história, tem um pertencimento, você pertence a terra e a terra é sua, eu sou da terra e a terra é minha por isso a gente diz que a terra foge a identidade das pessoas”.

Mas para além do orgulho, viver nos Quilombos é também sinônimo de luta e de resistência: “É extremamente desafiante, porque as comunidades geralmente ficam distante das sedes dos municípios, então existe uma dificuldade de acesso. As estradas não são boas, não são seguras. Existe a dificuldade de acessar as políticas públicas, de acessar o bem mais precioso que é a água, a gente ainda tem comunidades que tem dificuldade muito grande de acesso à água pra consumo humano”, lamenta.

Apesar de estarem presentes em boa parte do território cearense, até hoje nenhuma comunidades quilombolas do Estado possui titularidade de terra garantida. São 86 comunidades, 56 delas certificadas pela Fundação Palmares, que há décadas resistem e lutam por reconhecimento, reparação e pelo direito à terra.

Um mapeamento realizado pelo estado em 2019 aponta que pelo menos 30 mil pessoas com mais de 18 anos vivem em comunidades quilombolas. “Isso, inclusive, refuta aquela falsa ideia de que o Ceará não tinha escravos. Teve escravos e foi um grande porto do comércio escravagista. Isso isso justifica o fato de nós termos hoje 86 comunidades quilombolas mapeadas”, disse a coordenadora especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial do estado, Martír Silva, para quem o número, apesar de expressivo, ainda é subdimensionado.

João Luís Nascimento, professor e liderança do Quilombo do Cumbe, localizado em Acarati (CE), conta que apesar dos avanços no reconhecimento de seu povo, faltam políticas consistentes para a regularização fundiária: “no Ceará, não temos nenhuma comunidade com o título da sua terra. É um Estado que nos reconhece e tem orgulho de quatro anos antes de a princesa Isabel abolir a escravidão ter tido um movimento liderado pelo Dragão do Mar que fez do Ceará a primeira província a abolir a escravidão. Porém, não avançamos na questão da regularização fundiária”.



João do Cumbe em seu território no município de Aracati. / Galba Sandras

Para Renato Baiano, membro da comunidade quilombola de Encantados de Bom Jardim, no município de Tamboril (CE), é fundamental contar e recontar sua história para que as futuras gerações reconheçam a força de seu povo e sua importância histórica na constituição do Brasil. “Primeiro é importante resgatar a história,

isso, a gente tem que se fortalecer cada vez mais, conectar nossa identidade, conectar nossa origem”, afirma.

Fonte: BdF Ceará

Edição: Camila Garcia e Sarah Fernandes

11

OUTRAS NOTÍCIAS

No Rio Grande do Sul, Tribunal de Contas cria comitê permanente antirracista

Quem vai às ruas no 20 de novembro? Relembre origem da data e abrangência da convocatória

Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre será lançado na próxima segunda-feira (15)



Todos os conteúdos de produção exclusiva e de autoria editorial do Brasil de Fato podem ser reproduzidos, desde que não sejam alterados e que se deem os devidos créditos.

QUILOMBO DO CUMBE: COMUNIDADE NO CEARÁ LUTA PARA SER RECONHECIDA E RESISTE À PRESSÃO

Resort, usina eólica e carcinicultura dificultam a permanência de remanescentes de quilombos no litoral cearense

Arte: Gabi Lucena

0:00 / 0:00

Por Cristiane Sampaio

Brasil de Fato | Fortaleza (CE), 16 de janeiro de 2020

Em artigo recente sobre a virada do ano, a escritora mineira Conceição Evaristo afirmou que é tempo de se “aquilombar”. “É tempo de caminhar em fingido silêncio e buscar o momento certo do grito, aparentar fechar um olho evitando o cisco e abrir escancaradamente o outro. É tempo de ninguém se soltar de ninguém”, disse a autora, em versos que descortinaram este 2020.

A mística do texto, que evoca a resistência de negros africanos escravizados no passado colonial, é a mesma que embala a luta do Quilombo do Cumbe, em Aracati (CE), no tempo presente. Para os moradores da área, este é mais um ano que se inicia em meio a muitas incertezas, mas com a garantia de mais um período de forte articulação do povo tradicional da região.

...um território e ter esse espaço, essa dignidade, porque eu acho que os quilombos foram formados disso, de pessoas que vieram na luta da sua liberdade e da sua dignidade. Acho que a ideia é essa. É cada vez mais a gente estar fortalecido”, aponta a pescadora artesanal Cleomar Ribeiro da Rocha, presidenta da Associação Quilombola do Cumbe.



“Quando você teve a sua infância toda num território, tem lugares que são afeto”, afirma pescadora artesanal Cleomar Ribeiro da Rocha (Foto: Galba Nogueira)

Nos últimos tempos, a ameaça de instalação de um resort libanês na região deixou os moradores em maior estado de alerta. Mas esses maus prenúncios já não são uma novidade na vida dos quilombolas locais: a comunidade do Cumbe é alvo de um confronto permanente e com muitas faces, envolvendo uma usina eólica, empresas de carcinicultura e atores políticos da região. E o motivo não é muito diferente daquele que dá vida a outros conflitos no país: a disputa pelo território.

Situada no litoral leste do Ceará, a comunidade do Cumbe abriga 105 famílias remanescentes de quilombos e está ao lado da praia da Canoa Quebrada, um dos pontos turísticos mais movimentados do estado. Limitada ao mar por dunas que abraçam o território quilombola, a área está envolta também por um mangue que



Os ganhos provenientes do manguezal, no entanto, já não são os mesmos. É o que conta o pescador artesanal Ronaldo Gonzaga da Silva, que desde os 8 anos de idade vive do ecossistema. O motivo da escassez é a chegada da carcinicultura (criação de camarões em cativeiro). Empresas do ramo se instalaram desde a década de 1990, trazendo para a região um desequilíbrio ambiental jamais visto no povoado, segundo contam os moradores.

Por conta do despejo frequente de produtos químicos nos aquíferos, a prática contamina o lençol freático, saliniza a água e desestabiliza o meio ambiente. O resultado salta aos olhos de quem passa pelo local: parte do manguezal hoje está desidratada, e o tradicional aspecto enlameado que caracteriza esse tipo de ecossistema deu lugar a uma vegetação que lembra o cerrado em época de seca, com solo árido e uma paisagem inteiramente acinzentada, sem verde.



Parcialmente destruído, manguezal amarga estragos causados pelos tanques de carcinicultura (Foto: Galba Nogueira)

Aos pescadores restou o lamento, fruto da inevitável queda nos ganhos com a pesca. “Antigamente, há 20, 15 anos, um catador chegava a pegar até 300, 400 caranguejos por dia. Hoje, se ele trabalhar muito, ainda consegue pegar 150, no máximo. É prejuízo e preocupação. [Antes] tinha mais caranguejo, mais peixe, mais produto, porque tinha mais mangue, mais vegetação. O rio era mais farto”, relembra Ronaldo.

O professor Jeovah Meireles, do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), explica que o manguezal é um dos ecossistemas mais produtivos da natureza, constituindo a base de uma complexa cadeia alimentar. Por conta disso, a criação de camarão em cativeiro é bastante onerosa ao meio ambiente, uma vez que o mangue cumpre ainda funções ecológicas relacionadas à biodiversidade marinha.

Os viveiros do crustáceo também estão diretamente relacionados ao desmatamento, sobretudo da carnaúba, principal traço da paisagem do Cumbe. Moradores da região denunciam que é comum carcinicultores grilarem terras públicas, das quais se apossariam aos finais de semana e feriados para, em meio à ausência de fiscalização ambiental, promover queimadas ilegais e cavar os tanques que dão origem aos viveiros.

uma capa na nossa cara toda dia , disse a reportagem um nativo que não quis se identificar por medo de represálias.



Viveiros de camarão dominam espaço e são visíveis do alto das dunas (Foto: Galba Nogueira)

“COLAPSO” SOCIOAMBIENTAL

Outra faceta da carcinicultura está ligada a danos socioambientais, segundo destaca Jeovah Meireles. O professor afirma que a atividade provoca um “colapso no modo de vida das populações que dependem da natureza”.

Diferentemente do discurso de desenvolvimento e geração de emprego feito pelos empresários do setor ao se instalarem, Meireles pontua que tem se deparado com uma realidade pautada na concentração de renda e na baixa geração de postos de trabalho.

Um estudo feito pelo pesquisador em parceria com outros analistas ambientais visitou 245 fazendas de camarão no Ceará e constatou que o potencial socioeconômico do setor está aquém do anunciado.

os indicadores de qualidade (IDQ), que afirma que gera 170 empregos por hectare. Os nossos dados chegaram a uma média de 0,6”, destaca, endossando o discurso dos quilombolas de que as empresas mais teriam prejudicado do que ajudado a vida financeira da comunidade.

DUNAS EM MOVIMENTO

Aos impactos da carcinicultura se somam ainda os aborrecimentos dos moradores com a instalação de uma usina eólica que há cerca de 12 anos “tirou o sossego” dos nativos, segundo contaram as fontes ouvidas pelo **Brasil de Fato**.

A comunidade aponta que o empreendimento alterou a rota de migração dos pássaros e a dinâmica de movimentação das dunas litorâneas. Com isso, causou um temor na vizinhança em relação à aproximação do paredão de areia que cerca o local.

“Ele andava 16 metros por ano. Agora, anda muito mais. Eu conheci esse vale aqui lá dentro. Mais dez anos, e isso está aqui em cima”, projeta o memorialista José Correia, morador de um antigo casarão local.

“Eu perdi 30% da minha qualidade de vida. Eu morava no maior sossego. Outra coisa: nós pagamos energia caríssima. Nossa energia não barateou em nada”, queixa-se Correia, refutando as promessas feitas anteriormente pela empresa dona do parque eólico, a CPFL Renováveis.

A atuação da companhia na região rendeu ainda outras críticas, como é o caso do comprometimento do patrimônio histórico. No local, pelo menos 70 sítios arqueológicos foram catalogados por pesquisadores. Estudos apontam que civilizações antigas viveram no local entre 7 e 12 mil anos atrás.

De acordo com o memorialista Correia, do Instituto do Museu Jaguaribano, machados, cachimbos, urnas e outros itens dividem hoje o espaço debaixo da terra com o cabeamento e o maquinário do complexo eólico. O parque é formado por 67 torres.



Imponentes, torres eólicas chamam a atenção já na entrada do território do Cumbe (Foto: Galba Nogueira)

“Eles não respeitaram nem a memória afetiva local. Você vê pela Santa Cruz da Ubadeira, que está no ponto mais alto. Ela [a cruz] tem dez metros. Eles botaram uma torre eólica do lado. A usina engoliu a estética do monumento”, critica o memorialista, ao mencionar o símbolo principal de um antigo cemitério hoje ameaçado pelos equipamentos da empresa.

O cemitério, cuja data de inauguração ainda é uma incógnita, remete ao antigo quilombo ali instalado na época da escravidão. A chamada Santa Cruz da Ubadeira foi posta no espaço em referência à chegada do século 20, tendo sido datada em outubro de 1900.



Instalações da usina eólica contornam o cemitério da comunidade do Cumbe (Foto: Galba Nogueira)

Presente na cruz em letras garrafais, a data é matéria-prima das reflexões de João Luís Joventino do Nascimento, uma das lideranças populares mais ativas da região. Visitantes e parceiros da comunidade o chamam pelo nome de João do Cumbe.

Membro da associação local e historiador de formação, ele ressalta que os inscritos encontrados no mausoléu registram a existência do Cumbe naquele período, a despeito das manifestações, ainda presentes, de que não teria havido escravos nem quilombo na região.

Pesquisadores e nativos destacam, por exemplo, a origem africana do termo “cumbe”, que, em alguns países de língua hispânica, é uma referência aos espaços onde escravos africanos se refugiavam e organizavam a resistência contra o sistema então vigente.

“O que eu gosto de falar com relação a isso é da presença de marcadores africanistas aqui. O próprio nome ‘Cumbe’ remete à ancestralidade africana, à questão dos engenhos. O fato de dizerem que não viram – não sei se os avós deles não contaram isso – não quer dizer que não tivesse. Os documentos do Cumbe são de 1760”, sublinha o historiador.

Carta Ultramar, por Matias Ferreira da Costa e dirigida a Dom José I, rei de Portugal, para pedir provimento no posto de capitão de cavalaria no local. O documento é o primeiro registro histórico oficial relacionado ao Cumbe de que se tem notícia e pertence hoje à Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

Outros vestígios encontrados na área reforçam a narrativa sobre a presença de escravos no local, como é o caso da existência de antigos engenhos. O maquinário de um dos pontos visitados pela reportagem ajuda a contar a história da escravidão no lugar, marcada, por exemplo, pela produção de farinha.



Carta Ultramar, de 1760, escrita pelo sargento-mor Matias Ferreira da Costa, então morador da Vila de Aracati, ao rei D. Jose I em que ele menciona a existência do Cumbe.

A LUTA POR RECONHECIMENTO

Apesar desse e de outros registros, a população quilombola enfrenta dura resistência para o reconhecimento social da comunidade, que é alvo também de atores políticos locais. Segundo a Associação Quilombola do Cumbe, atualmente, o destaque vai para a Prefeitura de Aracati, que tem à frente o ex-secretário de Turismo do Ceará Bismarck Maia (PTB).

Em uma manifestação oficial feita em 2017 junto à Defensoria Pública do Estado (DPE), por exemplo, o município afirmou que, “nos relatos documentados, não se faz referência à existência de escravos ou quilombos, bem como não é possível inferir a ocorrência de opressão e resistência de comunidade negra”.

A postura da prefeitura ajuda a endossar o racismo e o conflito local, marcado por uma ofensiva do empresariado da carcinicultura e do parque eólico e ainda por

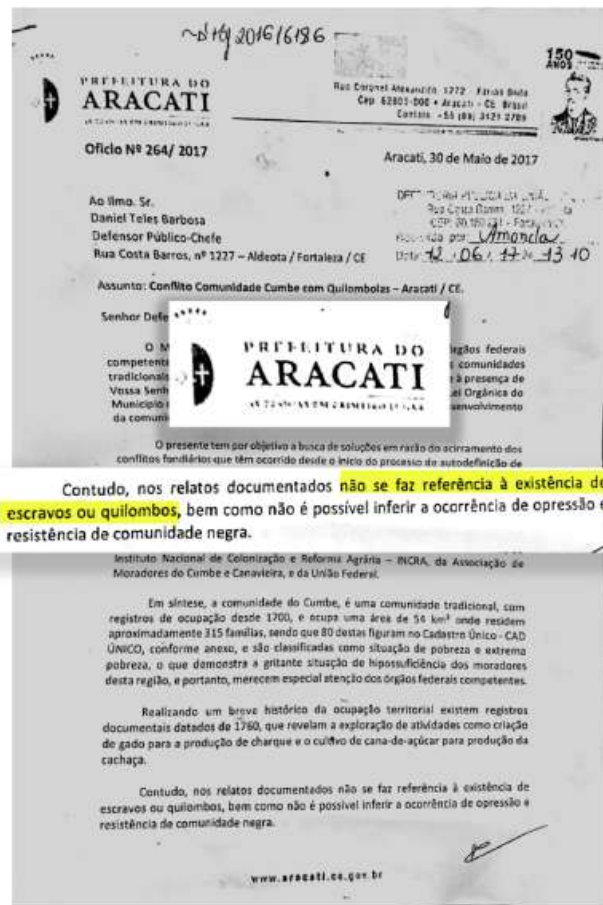
demarcação da terra tradicional.

O estudo sobre a delimitação da área, iniciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2015, está paralisado. Procurado pela reportagem para tratar dos motivos da não finalização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e da estagnação do processo, o órgão preferiu não se manifestar.

O mesmo ocorreu com a Prefeitura de Aracati, à qual foram enviados questionamentos sobre a fiscalização nos pontos onde atuam as empresas de carcinicultura e de energia eólica, erguidas respectivamente sobre uma área de proteção permanente (APP) e uma área de proteção ambiental (APA).

O silêncio institucional dos dois poderes alimenta as críticas sobre a suspeita de que o processo de demarcação teria estancado por força do jogo de interesses empresariais.

Os remanescentes de quilombos, especialistas e atores do sistema de Justiça que acompanham o caso apontam a existência de uma cultura de aliciamento na região, onde parte das famílias teria sido convencida a lutar contra a demarcação em troca de benesses. Por esse motivo, a Fundação Cultural Palmares (FCP) disse que classifica a situação do Cumbe como “extremamente sensível”.



Paralelamente ao conflito, tramita na Justiça Federal no Ceará uma ação de autoria da Defensoria Pública da União (DPU) que pede a demarcação da terra. A instituição afirma que a delimitação do território dos remanescentes de quilombo deve ser identificada como um direito fundamental cultural, conforme previsto no artigo 215 da Constituição Federal, e afirma que ele “se liga à própria identidade de cada membro da comunidade”.

“Esse fundamento é o mais central desse tipo de ação porque a finalidade principal é provocar a União a proceder a demarcação e sedimentar o direito à posse coletiva daquelas terras em favor dessas comunidades. A gente entende que esses casos – obviamente que não apenas num plano genérico, que já é albergado pela Constituição Federal, mas sobretudo pelas provas e evidências de fato – se iniciam com a autodeclaração [da comunidade]”, explica o defensor público federal Fernando Holanda.

A tentativa de autoafirmação da comunidade, no entanto, segue o ritmo das faíscas políticas que marcam o território. Para os quilombolas, o comportamento do empresariado local de lutar contra a demarcação da terra se junta à tentativa de apagar a história da região.

“Quando a empresa eólica, por exemplo, chega e não quer dar a devida importância aos sítios arqueológicos, é mais um instrumento pra dizer ‘esse território não é de ninguém, nunca morou ninguém’. Destruindo os sítios, é como se tivessem arrancando várias páginas da nossa história”, pontua João do Cumbe, acrescentando que a comunidade sofre em meio à busca de conservar as memórias do lugar e se afirmar como quilombola.



João do Cumbe, uma das lideranças populares mais ativas da região (Foto: Galba Nogueira)

O conflito se estende a problemas vividos na escola local, onde moradores não quilombolas atuam contra a preservação da história dos descendentes de escravos e polarizam o debate com pais e filhos ligados à comunidade tradicional.

Escola do Ceará (SEC), acompanha a situação do quilombo. Ela aponta que a rede local esbarra no modelo eurocêntrico de ensino herdado da colonização, que impede a batalha existente no país por uma educação diferenciada voltada às comunidades originárias, como pedem os moradores do Cumbe.

“Por que essas escolas são importantes nestes territórios? Porque resgatam, valorizam e repassam para as pessoas mais jovens a questão da identidade e, consequentemente, a afirmação dessa identidade leva a um fortalecimento da luta pela terra. A escola diferenciada é garantida pela Constituição de 1988, mas ela ainda não está amplamente implementada nas comunidades”, afirma a socióloga, atribuindo as dificuldades sobre a afirmação étnica à ação de grupos que agem de acordo com os interesses econômicos que pairam sobre o território desses povos.



Fachada de um antigo engenho no quilombo do Cumbe (Foto: Galba Nogueira)

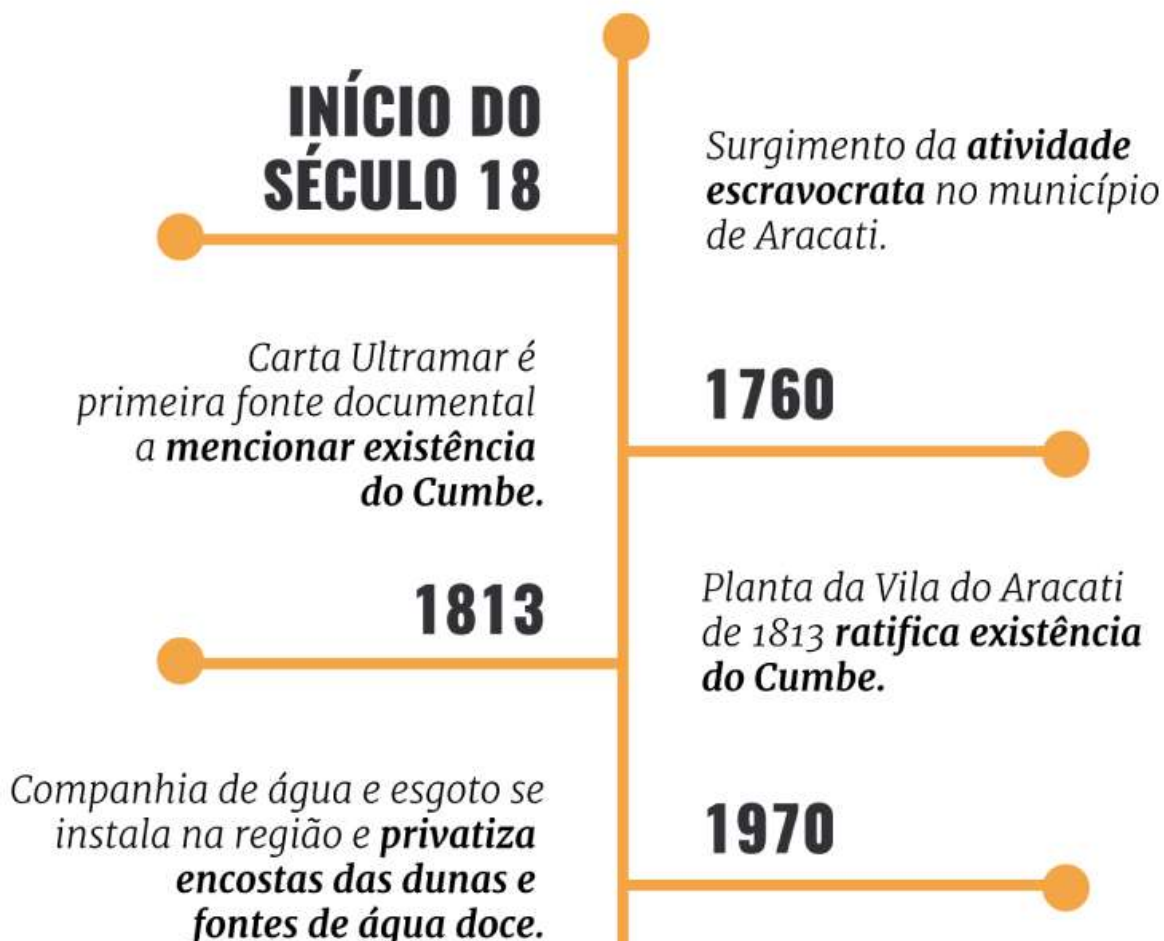
A problemática que circunda a área faz com que cinco lideranças da Associação Quilombola do Cumbe vivam hoje sob ameaças de morte. Por esse motivo, elas foram incluídas no Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça do Ceará.

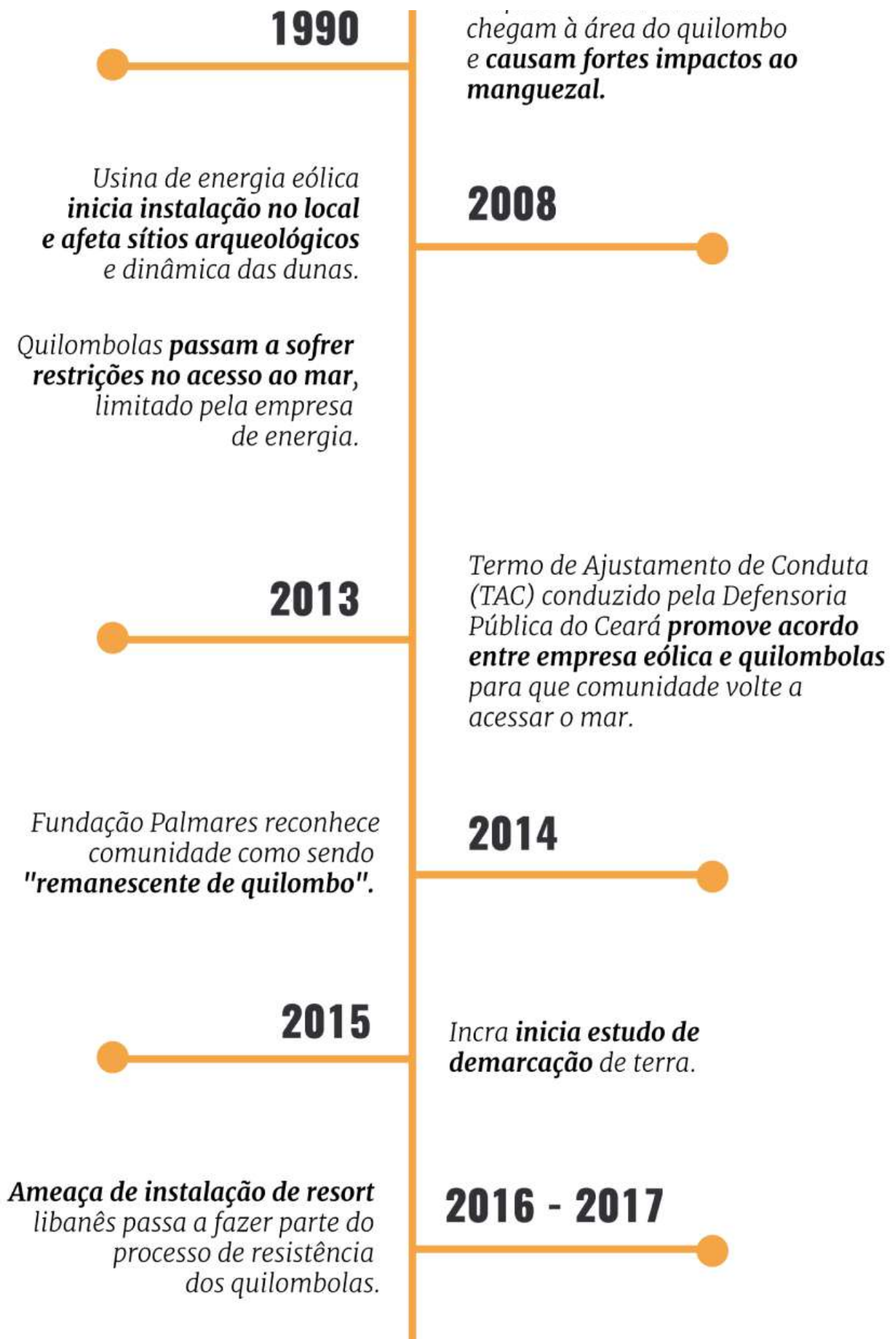
representantes do programa e também da Fundação Cultural Palmares que tentaram ingressar no terreno em 2018 para uma diligência. Os agentes relataram que os moradores não quilombolas impediram o trânsito da equipe.

O grupo estava a caminho de uma reunião em que seriam dados informes sobre o plano de trabalho que havia sido apresentado pela CPFL Renováveis para o chamado “estudo do componente quilombola” – solicitado pela Fundação Palmares antes de o governo do estado renovar as últimas licenças da companhia.

Quando a empresa se instalou no local, em 2008, o Cumbe ainda não havia recebido o documento da Fundação Cultural Palmares que certifica a existência de uma comunidade remanescente de quilombo, o que só veio em 2014. Por conta disso, na época da instalação da companhia eólica no local, o Estado não exigiu o estudo, o que passou a ser necessário após essa data.

Apesar disso, a pesquisa não foi apresentada e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace) concedeu novas licenças à empresa em 2015 e em 2017. A Fundação Palmares acompanha o caso e afirma que “o licenciamento precisa passar por um processo de correção”.





“PROPRIEDADE PRIVADA”

Como consequência das cercas que se multiplicaram na área ao longo do tempo, os problemas impostos à comunidade do Cumbe atingem também o direito de ir e vir dos nativos. Os moradores relatam que, ao chegar ao local, a empresa eólica passou a limitar o trânsito na área, impedindo, por exemplo, que os pescadores artesanais pudessem acessar o mar por dentro do território.

Os trabalhadores vivenciaram o problema até 2013, quando, por iniciativa da Defensoria Pública do Estado, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que levou a CPFL Renováveis a liberar o trecho sob determinadas condições colocadas para os pescadores.

O pesadelo, no entanto, não acabou. Os moradores, que promovem o turismo comunitário na região, afirmam que são impedidos de passar se estiverem com grupos de visitantes. Somadas às limitações territoriais já impostas pela presença dos tanques de carcinicultura, que estão por todas as partes, as regras fazem os quilombolas olharem para o passado com saudosismo.

“Quando você teve a sua infância toda num território, tem lugares que são afeto. Na infância, meu pai levava muito a gente pra vivenciar o território. A gente ia pro rio, pra praia, pras lagoas e, hoje, eu sou barrada, meus filhos são barrados. Pra gente estar em alguns espaços, tivemos que lutar muito, resistir muito”, resgata Cleomar Ribeiro da Rocha, embargando a voz.

Ao longo da área onde foram instaladas as 67 torres eólicas, as muitas placas que indicam a existência de uma “propriedade privada” no local dão a dimensão do problema relatado pela pescadora. O **Brasil de Fato** percorreu a região durante três dias e se deparou com diferentes sinalizações visuais de impedimento sobre a circulação.



A Defensoria Pública do Estado propôs um TAC que levou a CPFL Renováveis a liberar o trânsito de moradores

O incômodo com as interdições atinge também outros grupos, como é o caso de pesquisadores. Fontes ouvidas pela reportagem relataram que a empresa barra também a entrada de equipes do poder público.

“Em outubro, vimos agentes da Coordenadoria de Igualdade Racial do Estado serem barrados. Como eles estavam em carro oficial e há ordem para que nenhum veículo do governo nem das universidades passem dentro do território da eólica, eles foram barrados. Se for particular, passa de boa, mas carro oficial e pesquisadores não circulam”, conta a coordenadora de Ação de Campo da ONG Instituto Terramar, Rogéria Rodrigues, que atua na região.

Ela sublinha que, além do racismo ambiental evidenciado pelo contexto que a comunidade vive, o conflito tem como traço marcante a consagração de uma estrutura de poder paralela à do Estado.

Para o instituto, o poder público tem sido “permissivo” em relação ao caso, tanto no que diz respeito à fiscalização ambiental dos impactos causados pela carcinicultura e pela companhia eólica quanto na garantia dos direitos da comunidade quilombola, hoje refém das diferenças ameaças que se impõem ao redor.

população das responsabilidades ainda do Estado, que tem feito vista grossa, tem sido moroso e tem tentado empurrar isso com a barriga, anos após ano”, critica a coordenadora.

NOVAS GERAÇÕES

A luta do Cumbe por reconhecimento e direitos é atravessada ainda pela preocupação das novas gerações da comunidade. É o que afirma o estudante Ednilson Silva, de 18 anos. Em conversa com a reportagem, ele disse temer um maior comprometimento do território em termos ambientais e sociais.



Ednilson Silva, de 18 anos, projeta um futuro de mais liberdade no Cumbe (Foto: Galba Nogueira)

Apesar disso, diante da promessa de que a luta política e social dos quilombolas resistirá ao tempo, conforme promete a associação comunitária, o estudante consegue projetar um futuro distinto daquele anunciado pela realidade de hoje.

“Eu queria que não tivesse a carcinicultura, que não tivesse a eólica, que a gente pudesse ir pra praia, pro rio, pras lagoas na hora em que quisesse ir. A gente tem

OUTRO LADO

O **Brasil de Fato** procurou a Semace para tratar das críticas apontadas nesta reportagem. A respeito da fiscalização ambiental na área do Quilombo do Cumbe, o órgão afirmou que segue os trâmites do licenciamento.

“No caso de empreendimento de maior potencial poluidor-degradador, como usinas de geração de energia e fazendas de carcinicultura, a licença só é emitida depois de apresentado e aprovado, junto à Semace, o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental do empreendimento, sendo que essa aprovação tem que ser referendada por decisão colegiada do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) como condição à emissão do documento por parte da Semace”, disse o órgão.

A superintendência admitiu que “empreendimentos não licenciados, ou seja, clandestinos, fogem ao controle da Semace”. Nesses casos, o órgão orienta que sejam encaminhadas denúncias à Polícia Militar, ao Ministério Público ou à União.

Sobre a renovação das últimas licenças operacionais da empresa CPFL Renováveis sem que tenha sido apresentado o estudo do componente quilombola, a Semace não especificou o motivo e disse apenas que as autorizações “seguem rigorosamente o estabelecido na legislação vigente”.

A reportagem do **Brasil de Fato** também procurou a CPFL Renováveis. Por meio de sua assessoria de imprensa, a companhia afirmou que o empreendimento “possui todas as licenças e autorizações pertinentes junto à Semace”. Também assegurou que vem cumprindo “integralmente” os controles exigidos pela superintendência para mitigação do impacto causado pelas torres eólicas.

Sobre o comprometimento dos artefatos históricos da comunidade, a CPFL afirmou que, conforme um acordo firmado junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), será implantando um museu arqueológico comunitário “para permitir o repatriamento de vestígios arqueológicos encontrados no local”. “A obra foi concluída e estão sendo finalizados os ajustes técnicos no material expositivo do museu para permitir a entrega da estrutura ao Iphan”, informou a organização.

“A companhia reitera que o acesso dos moradores do Cumbe é livre e que não recebeu nenhuma solicitação oficial para o trabalho de pesquisadores na área”, acrescentou, ao tratar das denúncias de interdições no local.

Reportagem: Cristiane Sampaio | **Fotos:** Carla Nogueira | **Edição de texto:** Camila Maciel | **Artes:** Gabriela Lucena | **Edição de áudio:** Geisa Marques e Lucas Weber | **Sonoplastia:** André Paroche e Adilson Oliveira | **Coordenação de Multimídia:** José Bruno Lima | **Coordenação de Rádio:** Camila Salmázio | **Coordenação de Jornalismo:** Camila Maciel e Vivian Fernandes



Text